



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 1999

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de equipamentos destinados a adaptações especiais em veículos para o transporte de pessoas portadoras de deficiência física. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, os equipamentos e instrumentos, de fabricação nacional ou importados, necessários à adaptação de veículos de passeio para o transporte de pessoas portadoras de deficiência física.

Art. 2º O Poder Executivo, no prazo de noventa dias contado da publicação desta Lei, incluirá na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, no capítulo e posições correspondentes, os produtos mencionados no **caput** deste artigo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, as pessoas portadoras de deficiência física passaram a receber tratamento especial, de forma a ser-lhes assegurado o exercício pleno dos seus direitos individuais e sociais, bem como sua efetiva integração social. Sem dúvida, agiu bem o constituinte ao explicitar o referido tratamento mediante mandamentos constitucionais que asseguraram aos portadores de deficiência, entre outros, os seguintes direitos:

a) percentual de cargos e empregos públicos (art. 37, VIII);

b) igualdade de direitos no trabalho (art. 7º, XXXI);

c) habilitação e reabilitação e promoção de sua integração à vida comunitária (art. 203, IV);

d) ensino especializado (art. 208, III);

e) normas de construção de logradouros, de edifícios e de fabricação de veículos de transporte coletivo.

Todavia, nem todos os portadores de deficiência foram alcançados pela vontade do legislador, como, por exemplo, aqueles que necessitam e se utilizam de transporte individual, ainda que próprio, seja para lazer ou trabalho. O fato de pertencerem a um segmento social mais abastado, a ponto de lhes possibilitar a aquisição de um automóvel, não pode ser entendido como privilégio. Aliás, no mundo moderno, particularmente nos centros urbanos, o veículo, em muitos casos, é considerado como ferramenta de trabalho. E mais o é, em se tratando de uma pessoa portadora de deficiência física que esteja integrada no mercado de trabalho, qualquer que seja a sua profissão.

Desse modo a presente proposição visa reparar uma injustiça de caráter social. A aquisição de instrumentos e equipamentos necessários à adaptação de veículos ao transporte de pessoas com deficiência física de qualquer tipo é, sem dúvida, um ônus financeiro a mais que têm que enfrentar. O mínimo que o Poder Público pode fazer, aliás, sem fugir aos objetivos expressos no conjunto dos regramentos constitucionais e legais já existentes sobre a questão, é abrir mão da ínfima parcela de receita advinda da produção e comercialização de tais produtos.

Assim, esperamos que os membros do Congresso Nacional, após os aprimoramentos que considerarem necessários, manifestem sua aprovação ao presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 19 de março de 1999. – Senadora **Luzia Toledo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

(À Comissão de Assuntos Econômicos - decisão terminativa.)

Publicado no Diário do Senado Federal, de 20.03.99